



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA
GRADUADOS NÃO LICENCIADOS**

Farroupilha, Maio de 2020.

Presidente da República:

Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação:

Milton Ribeiro

Secretário da Educação Profissional e Tecnológica:

Ariosto Antunes Culau

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do

Rio Grande do Sul Reitor do IFRS:

Prof. Júlio Xandro Heck

Pró-Reitor de Ensino:

Prof. Lucas Coradini

Diretor-Geral do *Campus* Farroupilha:

Prof. Leandro Lumbieri

Telefone: (54) 3260-2400 R: 2406

E-mail: diretorgeral@farroupilha.ifrs.edu.br

Diretor de Ensino:

Prof. Patrick Escalante Farias

Telefone: (54) 3260-2417

E-mail: dir.ensino@farroupilha.ifrs.edu.br

Coordenadora do Curso:

Profa. Daniela de Campos

Endereço:

Avenida São Vicente, nº 785 – Bairro

Cinquentenário Farroupilha, RS

CEP: 95174-274

**Membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE)
designados pela portaria nº 099/2020 IFRS *Campus***

Farroupilha:

Daniela de Campos

Gisele Schwede

Melina Chassot Benincasa Meirelles

Osmar Lottermann

**Membros da Comissão de Revisão do Projeto Pedagógico de
Curso (PPC) designados pela Ordem de Serviço n. 03/2020,
IFRS *Campus* Farroupilha:**

Daniela de Campos

Gisele Schwede

Jefferson Pereira de Almeida

Luciane Torezan Viegas

Luciara Carrilho Brum

Melina Chassot Benincasa Meirelles

Murillo Pereira Azevedo

Osmar Lottermann

Samantha Dias de Lima

SUMÁRIO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	5
2. APRESENTAÇÃO	7
3. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	7
3.1. Histórico do <i>Campus</i>	8
4. CARACTERIZAÇÃO DO <i>CAMPUS</i>	10
5. JUSTIFICATIVA.....	12
6. PROPOSTA POLÍTICO PEDAGÓGICA DO CURSO	14
6.1. Objetivo Geral	14
6.2. Objetivos Específicos.....	14
6.3. Perfil do curso	14
6.4. Perfil do Egresso.....	15
6.5. Diretrizes e Atos Oficiais	16
6.6. Formas de Ingresso	16
6.7. Princípios filosóficos e pedagógicos do curso.....	17
6.8. Representação Gráfica do Perfil de Formação	19
6.9. Orientação para a construção da organização curricular do Curso.....	20
6.9.1. Matriz Curricular.....	21
6.9.2. Prática Profissional	21
6.10. Programa por Componentes Curriculares.....	22
6.11. Estágio	34
6.12. Avaliação do Processo de Ensino e de Aprendizagem.....	35
6.12.1. Expressão dos Resultados	35
6.12.2. Recuperação Paralela.....	35
6.12.3. Exame.....	36
6.12.4. Frequência.....	36
6.13. Critérios de Aproveitamento de Estudos e Certificação de Conhecimentos.....	36
6.14.1. Critérios de certificação de conhecimentos.....	36
6.14.2. Critérios de Aproveitamento de estudos.....	37
6.14. Metodologias de Ensino	38
6.14.1. Adaptações curriculares.....	39

6.15. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão	39
6.16. Acompanhamento pedagógico	40
6.17. Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino e de aprendizagem	40
6.18. Articulação com os Núcleos de Ações Inclusivas	40
6.19. Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso	42
6.20. Colegiado do Curso e Núcleo Docente Estruturante – NDE	43
6.20.1. Colegiado do Curso	43
6.20.2. Núcleo Docente Estruturante – NDE.....	43
6.21. Quadro de Pessoal.....	43
6.21.1. Corpo docente	43
6.21.2. Corpo técnico-administrativo.....	44
6.22.3 Políticas de capacitação do corpo Docente e Técnico Administrativo em Educação.....	44
6.22. Certificados	45
6.23. Infraestrutura.....	45
6.23.1. Biblioteca	46
6.23.2. Equipamentos e Recursos Tecnológicos.....	47
6.23.3. Adaptações para Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida ...	47
7. CASOS OMISSOS	48
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48
ANEXOS	50

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Denominação do Curso:

Curso de formação pedagógica para graduados não licenciados

Forma da oferta:

Formação Pedagógica para graduados não licenciados

Modalidade:

Presencial

Habilitação:

O egresso estará apto à docência na Educação Básica Profissional

Local da Oferta:

IFRS – *Campus* Farroupilha

Av. São Vicente, 785 – Bairro Cinquentenário

Farroupilha – RS CEP: 95180-000

Turno de Funcionamento:

Integral - manhã e tarde

Número de vagas:

20 (vinte) vagas

Periodicidade da oferta:

Bienal

Carga Horária Total:

795 horas

Mantida:

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
(IFRS)

Tempo de integralização:

3 (três) semestres

Tempo máximo de integralização:

6 (seis) semestres

Atos de autorização:

XXXX

Diretor de Ensino:

Prof. Patrick Escalante Farias

Telefone: (54) 3260-2400 R: 2430

e-mail: dir.ensino@farroupilha.ifrs.edu.br

Coordenadora do Curso:

Profa. Daniela de Campos

Telefone: (54) 3260-2400

e-mail: daniela.campos@farroupilha.ifrs.edu.br

Data de abertura:

xxx

2. APRESENTAÇÃO

O Curso de formação pedagógica para graduados não licenciados apresenta estrutura curricular que objetiva formar profissionais aptos para atuar na docência da educação básica profissional, com responsabilidade ética e consciente da profissão docente. Além disso, a organização curricular integra necessariamente as três instâncias de atuação do corpo docente, ou seja, ensino, pesquisa e extensão, conforme as normas estatuídas pelo IFRS - Campus Farroupilha.

Sua organização curricular apoia-se no compromisso ético com o desenvolvimento de competências profissionais, conforme as orientações definidas pelos Pareceres CNE/CES nº 776/1997, CNE/CP nº 29/2002 e CNE/CP 22/2019. Ainda, busca dar conta das definições propostas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores em nível superior, Resolução CNE nº 02/2019, na qual tais cursos devem constituir-se considerando as três dimensões constantes da Base Nacional Comum - Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

Para dar conta de tal compromisso, a organização curricular foi pensada buscando alcançar as bases pedagógicas fundamentais para a formação docente voltada à Educação Básica Profissional. Assim, primou-se pela excelência pedagógica, pautada por uma sólida formação geral, aliada à contextualização da abordagem dos componentes curriculares, amparada nas experiências profissionais dos próprios professores, como forma de evitar a mera transferência de conteúdos.

3. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) é uma autarquia, tendo sido criado através da Lei 11.892, de 29/12/2008, publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2008, que estabeleceu, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação. Inicialmente, a Instituição integrou o Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, a Escola Técnica Federal de Canoas e a Escola Agrotécnica Federal de Sertão. Com a publicação da Lei, as escolas técnicas vinculadas à UFRGS e à FURG também passaram a integrar o IFRS.

Por força da Lei, o IFRS é uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério da

Educação, tendo como prerrogativas a autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar. Trata-se de uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi.

O IFRS tem como órgão gestor central a Reitoria, sediada em Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, sendo composta por cinco Pró-reitorias: Pró-reitoria de Ensino, Pró-reitoria de Extensão, Pró-reitoria de Administração, de Pró-reitoria Desenvolvimento Institucional e Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação.

Através da Portaria n.º 4, de 06 de janeiro de 2009, foi estabelecida a relação inicial dos campi que compunham o IFRS: Bento Gonçalves, Porto Alegre, Porto Alegre-Restinga, Sertão, Canoas, Caxias do Sul, Osório, Erechim e Rio Grande. Ao longo do processo foram federalizadas e incorporadas ao IFRS as unidades de ensino técnico dos municípios de Farroupilha, Feliz e Ibirubá. Atualmente, o IFRS possui 17 campi: Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga (Porto Alegre), Rio Grande, Rolante, Sertão, vacaria, Veranópolis e Viamão. A Reitoria é sediada em Bento Gonçalves.

A presença dos campi em vários municípios, atendendo a diferentes realidades produtivas locais e comunidades com necessidades específicas, torna o IFRS uma instituição com o desafio de ser um dos protagonistas do desenvolvimento socioeconômico da sociedade brasileira, a partir da educação pública, gratuita e de excelência. A diversidade de valores e necessidades na área educacional a que se propõe, busca valorizar a educação em todos os seus níveis, contribuindo com o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, oportunizando de forma expressiva a educação pública de excelência e fomentando o atendimento das demandas locais, com atenção especial às camadas sociais que carecem de oportunidades de formação e de incentivo à inserção no mundo do trabalho.

3.1. *Histórico do Campus*

O Campus Farroupilha do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul foi criado a partir da federalização da Escola Técnica de Farroupilha – ETFAR/UCS. Esta escola, então administrada pela Universidade de Caxias do Sul – UCS, entrou em funcionamento no primeiro semestre letivo de 2002, com a oferta de quatro cursos técnicos. No ano de 2005, passou a oferecer oito cursos nas áreas de informática, design e indústria, de acordo com as demandas do mercado produtivo regional.

As discussões sobre a federalização da ETFAR e integração da mesma ao IFRS remontam a 25 de novembro de 2009, quando houve reunião na CICs de representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores e Patronais de diversas categorias,

em conjunto com representantes do poder público e do IFRS. Nesta reunião, decidiu-se pela Formação de Grupo de Trabalho para averiguação das demandas de ensino da região.

Ao longo de 2009 foram realizadas diversas tratativas com a participação da prefeitura local, com vistas a estruturar a nova instituição. Em 25 de fevereiro de 2010 a Escola Técnica de Farroupilha (ETFAR) foi federalizada, sendo então implantado o Núcleo Avançado de Farroupilha do IFRS, através da instrução normativa RFB nº 748, utilizando-se dos convênios nº 016/1999 e nº 068/2001/PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional, firmados entre o Ministério da Educação e pela Fundação Universidade de Caxias do Sul.

Em julho de 2010 ocorreu o primeiro processo seletivo com início das aulas em 02 de agosto deste ano. Inicialmente foram oferecidos os seguintes cursos técnicos de Nível Médio: Informática, Eletrônica, Eletrotécnica, Metalurgia, Plásticos e Redes de Computadores. No primeiro semestre de 2011 iniciou o curso técnico em informática integrado ao Ensino Médio e também o curso superior de tecnologia em Processos Gerenciais. No segundo semestre de 2011, iniciou o curso especial de licenciatura em Formação de Professores para os Componentes Curriculares da Educação Profissional. Em 2012 iniciaram dois cursos bacharelados de graduação: Engenharia de Controle e Automação e Engenharia Mecânica. No ano de 2015, consolidou-se o Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Engenharia de Materiais (PPG-TEM), de realização multicampi, da qual o Campus Farroupilha é membro, juntamente com os campi Caxias do Sul e Feliz. Trata-se do primeiro Mestrado do IFRS e a primeira opção de Pós-Graduação gratuita na região da Serra e Vale do Caí, no Estado do Rio Grande do Sul. A primeira turma do Curso de Mestrado Profissional em Tecnologia e Engenharia de Materiais no IFRS ingressou no segundo semestre de 2015.

A partir da Portaria nº 330/MEC, de 23 de abril de 2013, o Núcleo Avançado de Farroupilha foi transformado oficialmente em Campus Farroupilha do IFRS.

O Curso de formação pedagógica para graduados não licenciados apresenta estrutura curricular que objetiva formar profissionais aptos para atuar na docência da educação básica profissional, com responsabilidade ética e consciente da profissão docente. Além disso, a organização curricular integra necessariamente as três instâncias de atuação do corpo docente, ou seja, ensino, pesquisa e extensão, conforme as normas estatuídas pelo IFRS - *Campus Farroupilha*.

Sua organização curricular apoia-se no compromisso ético com o desenvolvimento de competências profissionais, conforme as orientações definidas pelos Pareceres CNE/CES nº 776/1997 e CNE/CP nº 29/2002. Ainda, busca dar conta das definições propostas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de

professores em nível superior, Resolução CNE nº 02/2019, na qual tais cursos devem constituir-se dos três núcleos fundamentais, a saber: Núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares; Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos; Núcleo de estudos integradores.

Para dar conta de tal compromisso, a organização curricular foi pensada buscando alcançar as bases pedagógicas fundamentais para a formação docente voltada à Educação Básica Profissional. Assim, primou-se pela excelência pedagógica, pautada por uma sólida formação geral, aliada à contextualização da abordagem dos componentes curriculares, amparada nas experiências profissionais dos próprios professores, como forma de evitar a mera transferência de conteúdos.

4. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPUS

O Campus Farroupilha do IFRS está localizado na esquina da Avenida dos Romeiros com a Avenida São Vicente, no bairro Cinquentenário, município de Farroupilha-RS, atendendo às demandas de ensino, pesquisa e extensão da Região Nordeste do Rio Grande Sul. Essa região apresenta uma atividade predominantemente industrial, com a presença de setores importantes para a dinâmica econômica do estado, compreendendo um dos mais importantes e completos polos metal mecânico, plástico e eletroeletrônico do Brasil.

Dados da Prefeitura Municipal de Farroupilha, referentes ao exercício de 2012, mostram que o setor industrial é o maior setor econômico do município, o qual gera o maior número de empregos e arrecadação de impostos, contribuindo com 58,56% no Valor Adicionado Bruto (PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA, 2015). Como principais segmentos do setor, destacam-se: metalúrgico, plástico, malheiro, papelão, vinho, moveleiro e calçadista.

Ainda, o perfil do município de Farroupilha, divulgado em 2013, revela o aumento do nível de escolaridade da população adulta no município, entre 1991 e 2010. No período, ocorreu um incremento significativo da população com nível médio completo, gerando demanda por cursos pós-médio, entre eles o Técnico Subsequente de Nível Médio (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013). A Figura 1 apresenta a evolução da escolaridade da população no período.

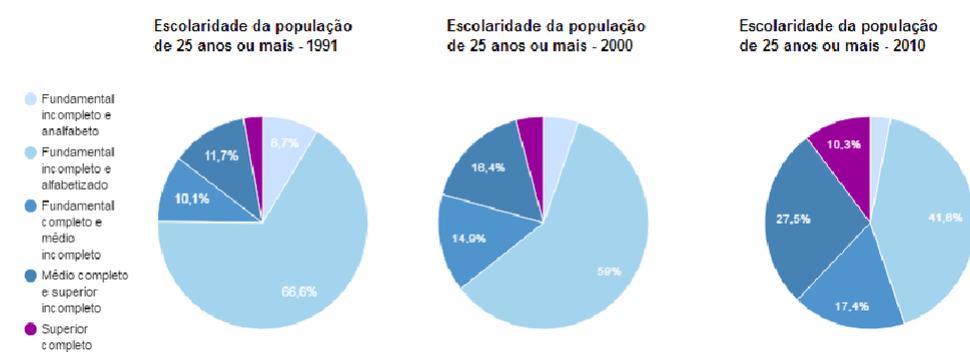


Figura 1 – Escolaridade da população adulta. Fonte: Perfil do Município de Farroupilha, RS. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

Nesse sentido, o IFRS Campus Farroupilha atua na formação técnica de nível médio, modalidade subsequente, com os cursos Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Eletrônica, Técnico em Metalurgia e Técnico em Plásticos. Os cursos são ofertados na modalidade presencial e incluem atuação na atividade de estágio, atendem ao público que já concluiu o ensino médio, sendo muitos trabalhadores do setor industrial da região. Ainda na formação de nível técnico, para atender à demanda de estudantes concluintes do ensino fundamental, o IFRS Campus Farroupilha oferece os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio nas áreas de Informática, Administração e Eletromecânica. Em relação aos cursos superiores, são ofertados: Tecnologia em Processos Gerenciais, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Fabricação Mecânica, Licenciatura em Pedagogia, Formação Pedagógica para Graduados não licenciados, Engenharia Mecânica e Engenharia de Controle e Automação.

Na pós-graduação, o IFRS Campus Farroupilha oferta a Especialização em Educação: reflexões e práticas para a Educação Básica e é parceiro na oferta do Curso de Mestrado Profissional em Tecnologia e Engenharia de Materiais.

Também, há intensa relação com o setor público do município, incluindo a Prefeitura, Câmara de Vereadores, Biblioteca Municipal, bem como com empresas da região, Câmara de Dirigentes Lojistas, Câmara de Indústria Comércio e Serviços, ou representações sindicais, por meio de projetos de extensão, projetos de pesquisa, oficinas, palestras e eventos, além de oportunizar estágios curriculares obrigatórios ou não obrigatórios dos estudantes em formação na Instituição.

Dentre os servidores, a comunidade escolar é constituída atualmente por 67 (sessenta e sete) professores efetivos e 44 (quarenta e quatro) técnicos administrativos, sendo que mais de 91% (noventa) do corpo docente possui cursos de pós-graduação stricto sensu (Mestrado ou Doutorado). Dentre os discentes, há o registro de

aproximadamente 1000 alunos regularmente matriculados, com oferta anual de 340 novas vagas. O espaço físico do Campus Farroupilha compreende uma área administrativa e outros três blocos para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, com salas de aulas e laboratórios específicos para cada curso oferecido.

5. JUSTIFICATIVA

Segundo dados da Prefeitura Municipal de Farroupilha, o Município de Farroupilha apresenta a seguinte caracterização socioeconômica:

População Total (Estimativa IBGE para 2016)	69.066
Área Total (2016)	361,684 km ²
Densidade Demográfica (2013)	180,00 hab/km ²
Expectativa de vida ai nascer (2010)	76,68 anos
Coeficiente de Mortalidade Infantil (2010)	7,89 por mil nascidos vivos
PIB (2012)	1.926.157.000,00
PIB per capita (2012)	29.682 (mil)
Exportações Totais (2012)	FOB US\$ 60.597.813
Nº de empresas atuantes (2010)	3.544 empresas
Taxa de atividade da população com 18 anos ou mais (2010)	79,00%
Taxa de analfabetismo (população com 25 anos ou mais – 2010)	2.036 habitantes – 3,2% da população
Alunos matriculados no nível médio (2010)	2.427
Alunos matriculados graduação rede pública (2010)	273
Alunos matriculados graduação rede privada (2010)	3.295
Salário médio mensal (2010)	2,8 salário mínimos mensais
Data a criação do município	11/12/1934

Tabela 1: Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Farroupilha, 2017.

Apesar de não haver indicadores específicos, nota-se que no Município de Farroupilha há demanda por profissionais formadores de outros profissionais, especialmente professores para atuarem na educação básica profissional, pois a Região Nordeste do Rio Grande do Sul concentra indústrias de grande porte nas áreas de metalurgia e de material de transporte, com destaque para a produção de veículos comerciais, de implementos rodoviários, agrícolas e ônibus. Caxias do Sul, Farroupilha

e Bento Gonçalves, principais cidades desta região, possuem juntas o maior número das empresas, destacando-se os setores metal mecânico, de material elétrico, do vestuário, de calçados, de plásticos, da alimentação, moveleiro, vinícola, gráfica, coureiro e outros. Das atividades industriais, o setor metalmeccânico foi o pioneiro, tendo iniciado justamente pelo processo de produção por fundição. Ou seja, algumas das primeiras indústrias da região foram fundições, sendo que estas requerem a formação profissional como requisito básico para a atividade e para a qual existem amplas possibilidades de mercado de trabalho, incluindo diversas escolas do sistema S (SENAI, SENAC e SENAT), que oferecem qualificação profissional a diversas pessoas da região. Devido ao foco técnico da região e ao objetivo dos institutos federais, qualificar mão de obra técnica, também se faz mister a promoção de cursos para formar os educadores de mão de obra técnica, ou seja, professores de ensino profissional.

Aliado a isso, de acordo com sua lei de criação – Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 – os Institutos Federais passam a ter como uma de suas obrigações a oferta de cursos de Formação de Professores, em particular na Formação de Professores para a educação profissional na área tecnológica. Há muito tempo se reconhece um grande déficit de professores com formação específica para lecionar componentes curriculares técnicos, o que faz com que seja comum a existência de docentes com formação técnica específica lecionando sem possuírem os conteúdos pedagógicos mínimos que a Lei nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, determina. O artigo 62 da LDB prescreve que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 1996).

Dessa forma, justificado pelo contexto de transformação acadêmica e amparada pelas demandas resultantes de audiência pública realizada em 21 de abril de 2010, surge a necessidade de propor à comunidade acadêmica e da região um curso de formação de professores, como forma de qualificar ainda mais a intervenção docente na educação profissional. Por isso mesmo, a implantação do Curso de formação pedagógica para graduados não licenciados justifica-se como forma de garantir as determinações da lei e de qualificar a intervenção docente em nível técnico e tecnológico.

Atualmente, para atender as exigências da Resolução CNE/CP nº 02/2019, o Projeto Pedagógico do referido Curso se organiza nas novas diretrizes curriculares nacionais para os cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados,

adequando-se à carga horária mínima prevista pelo documento e considerando a importância da prática pedagógica como princípio educativo fundamental para a formação do docente.

6. PROPOSTA POLÍTICO PEDAGÓGICA DO CURSO

6.1. *Objetivo Geral*

Promover uma formação docente voltada à realidade da educação básica profissional, a partir de fundamentos teóricos da educação e do mundo do trabalho, considerando a diversidade da sala de aula, as circunstâncias particulares e as situações contextuais concretas.

6.2. *Objetivos Específicos*

- Permitir uma reflexão que articule a formação pedagógica com os conteúdos relativos à formação técnica e tecnológica de cada educador, permitindo a superação da dicotomia entre teoria e prática.
- Criar as condições para o exercício de planejamento, realização e avaliação das experiências didáticas para aprendizagem profissional.
- Oferecer uma formação que amplie a atuação profissional, a fim de que possa contribuir para a formação humana e cidadã.
- Estimular o professor a compreender e aplicar, em sua prática de ensino, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, de forma a acompanhar o aluno em sua formação cidadã e profissional.
- Compreender criticamente o impacto das tecnologias de informação e comunicação na sociedade e na educação.
- Promover espaços para a reflexão crítica e o respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, de faixa geracional, entre outras.
- Compreender e respeitar as diferenças de natureza ambiental-ecológica em diferentes meios e contextos.

6.3. *Perfil do curso*

O Curso de Formação Pedagógica para graduados não-licenciados possui carga horária de 795 horas, de acordo com o previsto na Resolução CNE/CP 2/2019, considerando as três dimensões constantes da BNC-Formação e oferecendo uma

formação efetiva que possibilita a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como intrínseca relação entre teoria e prática. O público-alvo do curso são profissionais com formação em bacharelado ou tecnólogos que desejam habilitação para a docência na educação básica profissional.

O Curso tem a duração de três semestres, com aulas presenciais a ocorrer em turno integral (manhã e tarde), em dois turnos de aulas semanais. Os dias das aulas são informados no edital de seleção discente. A organização dos componentes curriculares, detalhada no item 6.10, foi pensada para instrumentalizar o aluno para a prática docente reflexiva e comprometida com uma educação profissional voltada para a integralidade. Em acordo com a legislação vigente, o Curso exige do seu aluno carga horária de estágio, totalizando 400 horas, distribuídas ao longo dos três semestres.

6.4. Perfil do Egresso

Os egressos do Curso de Formação Pedagógica para graduados não licenciados serão profissionais habilitados para atuar como docentes na Educação Básica Profissional, devendo apresentar um perfil que:

- Não permita a dissociação entre técnica e ciência contribuindo na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Atue na educação básica profissional, melhorando a qualidade dos processos de ensinar e aprender, estabelecendo articulação entre teoria e prática, utilizando-se de novos recursos da comunicação e informação;
- Reflita constantemente sobre sua prática docente, comprometendo-se com a aprendizagem dos alunos e sua formação ética e cidadã;
- Articule o conhecimento acadêmico com o contexto histórico, político, econômico, social e cultural.
- Desenvolva atividades avaliativas numa perspectiva formativa, considerando-se as suas múltiplas funções: dialógica, diagnóstica, processual e somativa.

6.5. Diretrizes e Atos Oficiais

As diretrizes que norteiam a construção deste Projeto Pedagógico são:

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional (atualizada);
- Parecer CNE/CP nº. 22/2019, que revisa e atualiza a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 e embasa a Resolução CNE/CP nº. 2/2019.
- Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

- Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância (INEP, 2015);

- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais;

- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;

- Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;

- Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;

- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. Conforme Lei nº 9.394/96, com redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e pela Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004;

- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;

- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes.

- Parecer CNE/CP nº 29 de 03 de dezembro de 2002, o qual dispunha sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico.

- Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

- Parecer CNE/CES nº 277 de 07 de dezembro de 2006, o qual dispõe sobre a nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação.

Em relação aos Atos Oficiais, cabe informar o seguinte documento:

- Resolução CONSUP/IFRS nº 086, de 17 de outubro de 2017, a qual aprova as alterações na Organização Didática do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, aprovada pela Resolução nº 046, de 08 de maio de 2015.

6.6. Formas de Ingresso

O ingresso no curso será realizado conforme a Política de Ingresso Discente e a Política de Ações Afirmativas do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, em atendimento à legislação vigente, através de Edital próprio.

6.7. Princípios filosóficos e pedagógicos do curso

As convicções pedagógicas que constituem os projetos educativos da atualidade são fortemente marcadas pela influência do pensamento filosófico moderno. Ainda hoje acredita-se que a educação se encontra comprometida com o aperfeiçoamento moral da humanidade. No contexto da filosofia do século XVIII, Kant afirmava que “não se deve educar as crianças segundo o presente estado da espécie humana, mas segundo um estado melhor, possível no futuro, isto é, segundo a ideia de humanidade e da sua inteira destinação” (1999, p. 22). É o mesmo autor que relaciona essa disposição para o bem ao desenvolvimento da autodeterminação humana. Surge, portanto, no escopo da filosofia moderna, o objetivo da ética: o alcance da maioria pelo exercício da autonomia. (KANT, 1974).

Liberdade e autonomia não seriam apenas os propósitos da experiência ética, porém, de forma análoga, converter-se-iam em finalidades dos processos educativos. O projeto pedagógico kantiano, cujas influências serão lançadas para a posteridade, é voltado ao aperfeiçoamento moral com vistas à emancipação humana. Tudo iria muito bem se essas influências não sofressem no transcorrer dos séculos seguintes as ameaças da crise da racionalidade moderna: de um lado, como delineia Hermann (2001), o advento da pluralidade e a queda das pretensões universalistas da razão; de outro, na esteira de autores como Nussbaum (2015), o diagnóstico de uma pretensa instrumentalização da educação pelos interesses do desenvolvimento econômico.

Reatualizando o imperativo kantiano, Cenci e Dalbosco localizam a formação integral na exigência do “permanente cultivo aprofundado de si mesmo em sua relação com os outros e com o mundo (natural e social)” (2014, p. 471). Contudo, diante das circunstâncias contemporâneas, as expectativas educacionais impõem que a capacitação profissional ocupe espaços cada vez mais destacados nos intuitos da educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira procura equilibrar as dimensões presentes no ato educativo, estabelecendo as finalidades ordinárias da educação, fixando as intencionalidades docente e institucional: a educação é dever da família e do Estado, deve ser animada pelos princípios de liberdade e solidariedade e possui como finalidade “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (CARNEIRO, 2012, p. 43).

Embora as diretrizes e doutrinas apontem para a indissociabilidade entre as diferentes intencionalidades como condição para o alcance de uma formação integral, é necessário reconhecer que a educação contemporânea está cada vez mais reduzida aos aspectos instrucionais, concebida prioritariamente como instrumento para a promoção do crescimento e benefício econômico (NUSSBAUM, 2014). A referida instrumentalização da educação é favorecida pelo cenário filosófico da atualidade, no qual as certezas pedagógicas se veem questionadas pelo desconforto resultante da ausência de critérios definidores para pensamento e ação. (HERMANN, 2001).

Esse parece ser o ambiente de crise no qual se insere a formação docente para a Educação Profissional e Tecnológica: a crise da racionalidade moderna ataca os fundamentos capazes de conceder à educação as bases de sua justificação, ao mesmo tempo que, diante desta impossibilidade, o vácuo é ocupado pelo pragmatismo da ação docente, acossada que está pela preparação profissional. Diante desse cenário, a educação vê-se muito mais envolvida com os saberes instrumentais e científicos, apoiando-se na transmissão e no esforço de aperfeiçoamento cognitivo do educando, do que propriamente interessada em aliar esse esforço ao contexto de uma educação que, para além do tecnicismo das competências e habilidades, espera envolver o ser por inteiro, desenvolvendo plenamente todas as potencialidades humanas. Trata-se, portanto, daquilo que Wimmer (2003, p. 168) designou como a “economização” da formação: em face dos imperativos do mercado e da capacitação profissional, a educação se vê reduzida à instrução.

Uma das alternativas possíveis à redução do ato educativo aos seus aspectos instrucionais, opção que se configura como aposta fundante do Curso de Formação de Professores, é a postulação de uma educação baseada na politecnia. Gramsci (2001) percebeu que a formação para o trabalho da sociedade industrial capitalista acabava por cindir a educação em duas escolas: uma para o trabalho e outra para o cuidado de si, que nada mais é senão o cuidado da coletividade (cidadania). Nesse sentido, uma “Escola Unitária” tornara-se uma bandeira para que todos, independentemente da necessidade do preparo ao mundo do trabalho, tivessem antes, acesso garantido aos bens culturais que a humanidade nos tem legado. A formação de professores, ao considerar essa necessidade histórica, pode lançar mão da ontologia do ser social (LUCKÁCS, 2010) para entender o trabalho na sua origem, como algo que torna o homem um ser genérico. Nesse sentido, o trabalho se realiza como humanização, na relação com a natureza, quer para atender as necessidades, quer para o exercício da liberdade (MARX, 2003).

No Brasil, o esforço de superação da dualidade entre formação técnica e formação de cultura geral se deu por meio do conceito de politecnia (CIAVATTA, 2005).

Na década de 1980, Saviani (1989) passou a fazer a defesa da politecnicidade em uma verdadeira batalha semântica. Buscou na tradição marxiana, embora com diferenças de contexto quando a expressão foi utilizada por Marx, para torná-la uma concepção de educação completa, inclusive com a superação da hierarquia entre trabalho manual e trabalho intelectual. Hoje percebemos um embate entre dois projetos de formação humana: de um lado, o economicismo; de outro a formação omnilateral. Concebida por Marx, a omnilateralidade compreende uma formação integral do ser humano, isto é, no aspecto científico, político e estético.

É sobre esses fundamentos que a proposta pedagógica do Curso de Formação Pedagógica para graduados não licenciados se assenta e se justifica, porque busca extrair dos princípios e diagnósticos elencados a concepção segundo a qual a formação docente deve ser sobretudo atrelada ao desenvolvimento da capacidade reflexiva sobre o sentido da formação e sobre demais aspectos relacionados à educação. É com essa formação reflexiva e ética que os aspectos instrucionais da educação podem ser potencializados, visto que, com Sattler (2011), admite-se que haveria no horizonte dos desenvolvimentos do capitalismo a exigência de perfis cada vez mais flexíveis e jamais antecipados no curso das eventuais futuras capacitações profissionais. Ao avançar para um patamar de relações técnicas e comerciais que exigem o preparo para a mudança, o sistema se submete a colocar-se em crise de identidade. Nesse sentido, admitir que o modo de vida é algo em aberto, que não há um ponto específico a ser alcançado (crise da modernidade), coloca em xeque toda formação que tenha como certa e irrevogável alguma finalidade ética e estética estrita.

Finalmente, no que se refere aos demais princípios pedagógicos, cumpre salientar que a proposta do Curso de Formação Pedagógica para graduados não licenciados observa as determinações legais presentes no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e a Organização Didática (OD) do IFRS.

6.8. Representação Gráfica do Perfil de Formação

O Curso de Formação Pedagógica para graduados não licenciados, conforme a Resolução CNE/CP nº 2/2019, possui perfil de formação em consonância com o disposto no documento e com a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), conforme representação que segue:

1º semestre	2º semestre	3º semestre
GRUPO 1		
Profissão Professor	Planejamento e Currículo	Estrutura e Legislação da Educação
História da Educação	Teorias da aprendizagem	Trabalho e Educação
Fundamentos da Educação	História e Cultura afro-brasileira e indígena	Avaliação
Tecnologias da Informação e Comunicação em ambientes educativos	Língua Brasileira de Sinais na formação de professores	Educação Inclusiva
		Educação de Jovens e Adultos na Educação Profissional
GRUPO 2		
Estágio I	Estágio II	Estágio III

Figura 2: Representação gráfica do Perfil do Curso de formação pedagógica para graduados não- licenciados.

6.9. Orientação para a construção da organização curricular do Curso

A organização curricular do Curso foi balizada pelos seguintes documentos: Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96; Resolução CNE/CP nº 02/2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação); Documento Orientador para elaboração dos PPCs de Cursos de Licenciaturas do IFRS, construído a partir do 1º Fórum das Licenciaturas do IFRS; Resolução CNE/CEB nº 6/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e, ainda, a Instrução Normativa Proen 02/2016, que regulamenta os procedimentos, os prazos e os fluxos para a elaboração e reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) dos cursos no IFRS, bem como da sua extinção.

Cabe destacar que, além dos documentos orientadores legais, os componentes curriculares que compõem a Matriz Curricular do referido Curso foram pensados a partir das dimensões técnicas, éticas, estéticas e políticas que permeiam uma formação geral e sólida, bem como a diversificação de estudos na atuação profissional.

6.9.1. *Matriz Curricular*

Semestre	Componente Curricular	Carga Horária hora-relógio		Carga Horária hora-aula		Aulas Semana	Pré-requisito
		Total	Presencial	Total	Presencial		
1º Semestre	Profissão Professor	33	33	40	40	2	-
	História da Educação	33	33	40	40	2	-
	Fundamentos da Educação	33	33	40	40	2	-
	Tecnologias da Informação e Comunicação em ambientes educativos	33	33	40	40	2	-
	Estágio I	100	100	120	120	-	-
	Total do semestre	232	232	280	280	8	
2º semestre	Teorias da Aprendizagem	33	33	40	40	2	-
	História e Cultura Afro-brasileira e Indígena	16	16	20	20	1	-
	Planejamento e Currículo	50	50	60	60	3	-
	Língua Brasileira de Sinais na formação de professores	33	33	40	40	2	-
	Estágio II	130	130	156	156	-	-
	Total do Semestre	262	262	316	316	8	
3º semestre	Estrutura e Legislação da Educação	16	16	20	20	1	-
	Trabalho e Educação	33	33	40	40	2	-
	Avaliação	33	33	40	40	2	-
	Educação de Jovens e Adultos na Educação Profissional	16	16	20	20	1	-
	Educação Inclusiva	33	33	40	40	2	
	Estágio III	170	170	204	204	-	-
	Total do Semestre	301	301	364	364	8	
Total do Curso	795	795	960	960	24		

6.9.2. *Prática Profissional*

Seguindo a orientação estabelecida na Resolução nº 086, de 17 de outubro de 2017, a qual estabelece a Organização Didática do IFRS, a prática profissional, deverá constituir-se como um procedimento didático-pedagógico que articula os saberes apreendidos nas atividades educativas formais, específicos de cada área de formação e dos diferentes níveis de ensino, com os saberes do mundo do trabalho, de modo que promova o aperfeiçoamento técnico, científico, tecnológico e cultural dos estudantes, bem como, contribua com a sua formação para a cidadania.

A prática profissional e pedagógica estabelecida para este Curso remete-se

ao Estágio, forma esta prevista no artigo 220 da referida Resolução. Como este Curso remete-se à formação de professores, reconhece-se o estágio supervisionado como estágio docente, sendo considerado etapa formativa necessária para consolidar os conhecimentos da prática docente; sobretudo, para proporcionar aos estudantes do Curso de Formação Pedagógica uma oportunidade de reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem, o ambiente escolar e suas relações e implicações pedagógico-administrativas, podendo, também, intervir em aspectos que compõem diversos contextos educativos.

6.10. Programa por Componentes Curriculares

1º Semestre:

Componente Curricular: Profissão Professor	CARGA HORÁRIA RELÓGIO:	
	Total	Presencial
	33h	33h
	CARGA HORÁRIA AULA:	
Período Letivo: 1º semestre	Total	Presencial
Pré-requisito: Não há	40h/a	40h/a
<p>Objetivo Geral: Compreender o papel do professor: sua história, identidade e profissionalização, e sua relação com o mundo do trabalho, analisando a dimensão ética e social da profissão.</p>		
<p>Ementa: O papel do professor: sua história, identidade e profissionalização. Formação técnica e docência. Professor na Educação Básica e na Educação Profissional. Professor pesquisador. Avaliação e autoavaliação: reflexões paradoxais. Construção da docência. A ética na sua relação com a educação e com a docência.</p>		
<p>Bibliografia Básica: [1] TARDIF, M. Saberes Docentes e Formação Profissional. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2011. [2] NÓVOA, A. Profissão Professor. Porto: Porto Editora, 1999. [3] REHEM, C. M. Perfil e Formação do Professor de Educação Profissional Técnica. SENAC Nacional, 2009.</p>		
<p>Bibliografia Complementar: [1] DEMO, P. Aposta no Professor: cuidar de viver e de trabalhar com dignidade. Porto Alegre: Mediação, 2007. [2] FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. [3] PEREIRA, J. E. D.; ZEICHENER, K. M. A pesquisa na formação e no trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. [4] RIOS, T. A. Ética e competência. 18.ed. São Paulo: Cortez, 2008. [5] BECKER, F.; MARQUES, T. B. I. (Orgs.). Ser professor é ser pesquisador. Porto Alegre: Mediação, 2007.</p>		

Componente Curricular: Fundamentos da Educação	CARGA HORÁRIA RELÓGIO:	
	Total	Presencial
	33h	33h
	CARGA HORÁRIA AULA:	
Período Letivo: 1º semestre	Total	Presencial
Pré-Requisito: Não há	40h/a	40h/a
Objetivo Geral: Analisar as possibilidades e os impasses da formação humana no contexto da Educação Profissional e Tecnológica e da crise da modernidade filosófica.		
Ementa: A natureza ética do ato educativo. Percurso histórico-filosófico da ideia de formação humana. A crise da racionalidade moderna e de suas pretensões de fundamentação do pensamento e da ação. A formação humana no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.		
Bibliografia Básica: [1] CHAUI, M. Convite à filosofia . 13.ed. São Paulo: Ática, 2004. [2] ARANHA, M. L. de A. Filosofia da educação . 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006. [3] MARCONDES, D. Textos básicos de ética: de Platão a Foucault . Rio de Janeiro: Zahar, 2009.		
Bibliografia Complementar: [1] NICOLA, U. Antologia ilustrada de filosofia: das origens à idade moderna . São Paulo: Globo, 2005. [2] CANTO-SPERBER, M. Dicionário de ética e filosofia moral . São Leopoldo: Unisinos, 2013. [3] RAJOBAC, R.; BOMBASSARO, L. C.; GOERGEN, P. Experiência formativa e reflexão: homenagem a Nadja Hermann . Caxias do Sul: Educs, 2016. [4] JAEGER, W. Paideia: a formação do homem grego . São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. [5] NUSSBAUM, M. Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades . Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes: 2015.		

Componente Curricular: História da Educação	CARGA HORÁRIA RELÓGIO:	
	Total	Presencial
	33h	33h
	CARGA HORÁRIA AULA:	
Período Letivo: 1º semestre	Total	Presencial
Pré-requisito: Não há	40h/a	40h/a
Objetivo Geral: Compreender as principais concepções de Educação, da Antiguidade à época contemporânea, além de conhecer as experiências da Educação Profissional no Brasil, identificando a dualidade presente na educação brasileira.		

Ementa: Principais concepções pedagógicas ocidentais. Educação brasileira, sob a perspectiva histórica, considerando as principais reformas educacionais e as condições atuais da Educação no país. A educação profissional sob a perspectiva da separação entre trabalho manual e trabalho intelectual. A fundação das escolas de ensino profissional sob a perspectiva da dualidade da educação brasileira. As reformas da educação profissional como resposta às demandas do capital.

Bibliografia Básica:

- [1] ARANHA M. L. de A. **História da educação e da pedagogia:** geral e do Brasil. São Paulo: Moderna, 2006.
 [2] BASTOS, M. H. C.; STEPHANOU, M. (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil: século XX:** volume 1. Petrópolis: Vozes, 2005.
 [3] MANACORDA, M. A. **História da educação:** da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 2010.

Bibliografia Complementar:

- [1] ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da educação.** 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.
 [2] GHIRARDELLI JR., P. **História da Educação Brasileira.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2016.
 [3] GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas.** 8. ed. São Paulo: Ática, 1999.
 [4] STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil.** 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
 MANACORDA, M. A. **O princípio educativo em Gramsci:** americanismo e conformismo. Campinas, SP: Alínea, 2008.

Componente Curricular: Tecnologias da Informação e Comunicação em ambientes educativos.	CARGA HORÁRIA RELÓGIO:	
	Total	Presencial
	33h	33h
	CARGA HORÁRIA AULA:	
Período Letivo: 1º semestre	Total	Presencial
Pré-requisito: Não há	40h/a	40h/a

Objetivo Geral:

Reconhecer os conceitos de tecnologia, informação e comunicação, analisando criticamente o impacto das tecnologias de informação e comunicação na sociedade e na educação.

Ementa:

Aprendizagem autônoma e instrumentalização a ambiente virtual de ensino e aprendizagem. Conceituação, inserção e tratamento das tecnologias de informação e comunicação no ambiente educativo. A formação do professor quanto ao uso das TICs no processo de ensino e aprendizagem de suas disciplinas no ensino básico. Potencialidades e limitações do uso das TICs no ensino. Avaliação crítica de softwares e outras mídias utilizadas em ambientes de aprendizagem. Estimulação a utilização das plataformas de ensino (moodle) por professores e estudantes.

Bibliografia Básica:

- [1] APARICI, R. **Educomunicação:** para além do 2.0. Paulinas, 2014.
 [2] MARTÍN B., J. **A comunicação na educação.** São Paulo, SP: Contexto, 2014. 155 p.
 [3] MORAN, J. M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** Papirus Editora, 2000.

Bibliografia Complementar:

- [1] MARTÍN-BARBERO, J. Desafios culturais da comunicação à educação. **Comunicação & Educação**, n. 18, p. 51-61, 2000.
- [2] MORÁN, J. M. O vídeo na sala de aula. **Comunicação & Educação**, n. 2, p. 27-35, 1995.
- [3] MORÁN, J. M. Mudando a educação com metodologias ativas. **Coleção Mídias Contemporâneas-Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens**, v. 2, 2015.
- [4] NOGUEIRA, N. R. **Práticas Pedagógicas e Uso da Tecnologia**. São Paulo: Erica, 2014.
- [5] PIRES, E. G. A experiência audiovisual nos espaços educativos: possíveis interseções entre educação e comunicação. **Educação e Pesquisa, São Paulo**, v. 36, n. 1, p. 281- 295, 2010.

Componente Curricular:	CARGA HORÁRIA RELÓGIO:	
	Total	Presencial
Estágio I	100h	100h
	CARGA HORÁRIA AULA:	
Período Letivo: 1º semestre	Total	Presencial
Pré-requisito: Não há	120h/a	120h/a
Objetivo Geral: Conhecer a instituição na qual se dará o estágio, na compreensão de sua proposta pedagógica e identificação dos cursos ofertados e a comunidade na qual está inserida.		
Ementa: Importância do Estágio na formação de professores. Estágio e docência. Projeto Político-Pedagógico.		
Bibliografia Básica:		
[1] PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e Docência . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.		
[2] VASCONCELLOS, C. S. Planejamento : projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 2012.		
[3] MIZUKAMI, M. da G. N. Ensino : as abordagens do processo. São Paulo: EPU., 2014.		
Bibliografia Complementar:		
[1] PEREIRA, J. E. D.; ZEICHENER, K. M. A pesquisa na formação e no trabalho docente . Belo Horizonte: Autêntica, 2002.		
[2] BECKER, F.; MARQUES, T. B. I. (Orgs.). Ser professor é ser pesquisador . Porto Alegre: Mediação, 2007.		
[3] TARDIF, M. Saberes Docentes e Formação Profissional . 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.		
[4] BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional . Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Presidência da República, Ministério da Educação: Brasília, 1996.		
[5] SACRISTÁN, J. G. O currículo : uma reflexão sobre a prática. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.		

Componente Curricular: Teorias da Aprendizagem	CARGA HORÁRIA RELÓGIO:	
	Total	Presencial
	33h	33h
	CARGA HORÁRIA AULA:	
Período Letivo: 2º semestre	Total	Presencial
Pré-requisito: Não há	40h/a	40h/a
Objetivo Geral: Conhecer as principais teorias de aprendizagem, discutindo os fundamentos epistemológicos e analisando suas implicações para a educação, bem como as bases neuropsicológicas da aprendizagem.		
Ementa: Estudo e confronto das principais Teorias de Aprendizagem. Reflexão acerca das teorias psicológicas que abordam os processos cognitivos do desenvolvimento e da aprendizagem. Neurociências e educação. Compreender as bases neuropsicológicas da aprendizagem. Contribuições da Neurociências para a Educação.		
Bibliografia Básica: [1] MOREIRA, M. A. Teorias de Aprendizagem . 2 ed. São Paulo: EPU., 2015. [2] LEFRANÇOIS, G. R. Teorias de Aprendizagem: o que o professor disse . São Paulo: Cengage Learning Nacional, 2016. [3] ROTTA, N. T. et al. Transtornos da Aprendizagem . Abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2006.		
Bibliografia Complementar: [1] MIZUKAMI, M. da G. N. Ensino: as abordagens do processo . São Paulo: EPU., 2014. [2] OSTERMANN, F.; CAVALCANTI, C. J. H. Teorias de Aprendizagem: texto introdutório . 2010. IF/UFRGS. Disponível em: < http://www.ufrgs.br/uab/informacoes/publicacoes/materiais-defisica-para-educacao-basica/teorias_de_aprendizagem_fisica.pdf >. [3] MOREIRA, M. A.; MASINI, E. Aprendizagem Significativa: a teoria de David Ausubel . 2 ed. São Paulo: Centauro. 2001. [4] VIGOTSKI, L. S. Pensamento e Linguagem . 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015. [5] SACRISTÁN, J. G.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. Compreender e transformar o ensino . 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.		

Componente Curricular: História e Cultura afro-brasileira e indígena	CARGA HORÁRIA RELÓGIO:	
	Total	Presencial
	16h	16h
	CARGA HORÁRIA AULA:	
Período Letivo: 2º semestre	Total	Presencial
Pré-requisito: Não há	20h/a	20h/a
Objetivo Geral: Compreender a importância das culturas africana e indígena para a formação da sociedade brasileira, bem como a legislação educacional sobre o tema.		
Ementa: As matrizes africanas e indígenas da cultura brasileira. Trabalho, cultura e resistência negra e indígena no Brasil. Cultura africana e cultura indígena. A diversidade na educação. Direitos Humanos e Políticas de Ação Afirmativa e Legislação específica. Valorização e resgate da história e cultura afro-brasileira e indígena: desconstruindo estereótipos.		

Bibliografia Básica:

- [1] SOUZA, M.M. **África e Brasil africano**. São Paulo, São Paulo: Ática, 2015. 175
- [2] CAVALHEIRO, E. (Org). **Racismo e anti-racismo na Educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.
- [3] BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, DF: MEC, 2009. 80 p.

Bibliografia Complementar:

- [1] MATTOS, R.A. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo, SP: Contexto, 2013.
- [2] SERRANO, C. M. H.; WALDMAN, M. **Memória d'África: a temática Africana em sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- [3] BERGAMASCHI, M.A.; ZEN, M.I.H. D.; XAVIER, M.L.M. (Org.). **Povos indígenas & educação**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2012.
- [4] SACAVINO, S. B. **Educação em Direitos Humanos: Pedagogias desde o Sul**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.
- [5] OLIVEIRA, J. P.; FREIRE, C. A. R. (orgs.) **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12814&Itemid=872.

Componente	CARGA HORÁRIA RELÓGIO:	
	Total	Presencial
Curricular:	50h	50h
Planejamento e Currículo	CARGA HORÁRIA AULA:	
Período Letivo: 2º semestre	Total	Presencial
Pré-requisito: Não há	60h/a	60h/a
<p>Objetivo Geral: Compreender o planejamento de ensino e o currículo como elementos de sustentação da prática pedagógica, identificando os conceitos e concepções do currículo a partir das diferentes teorias, compreendendo sua importância para os itinerários formativos.</p>		
<p>Ementa: Planejamento de Ensino como sustentação da prática educativa. Plano de Ensino e Plano de Aula. Relação entre planejamento e currículo. O currículo como espaço formativo e construção social. Teorias de Currículo. Interdisciplinaridade. O processo curricular na perspectiva da integração da educação básica com a educação profissional. Concepções e princípios do currículo integrado. Politecnicia.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>[1] VASCONCELLOS, C. S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 2012.</p> <p>[2] SACRISTÁN, J. G. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>[3] LOPES, A. C.; MACEDO, E. (orgs.). Teorias de currículo. São Paulo: Cortez Editora, 2011.</p>		

Bibliografia Complementar:

- [1] VASCONCELLOS, C. dos S. **Construção do conhecimento em sala de aula**. 17. Ed. São Paulo: Libertad, 2005.
- [2] GIL, A. C. **Metodologia do Ensino Superior**. São Paulo: Atlas, 2012.
- [3] FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade: qual o sentido?** São Paulo: Paulus, 2003.
- [4] RAMOS, M. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO; G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2010.
- [5] GARCIA, L. R. et al. **Currículo na contemporaneidade: incerteza e desafios**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Componente Curricular: Língua Brasileira de Sinais na formação de professores	CARGA HORÁRIA RELÓGIO:	
	Total	Presencial
	33h	33h
	CARGA HORÁRIA AULA:	
Período Letivo: 2º semestre	Total	Presencial
Pré-requisito: Não há	40h/a	40h/a
Objetivo Geral: Adquirir vocábulos básicos da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e compreender acerca das especificidades no ensino de pessoas surdas.		
Ementa: Tópicos sobre a cultura e identidade surda. História da Educação de Surdos. Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Vocabulário básico da Libras e noções básicas para uma comunicação funcional entre ouvintes e surdos. Metodologia de ensino para pessoas surdas.		
Bibliografia Básica: [1] GESSER, A. Libras? Que língua é essa? 2. ed. São Paulo: Parábola Editora, 2009. [2] PEREIRA, M. C. C. Libras: Conhecimento Além dos Sinais . Pearson Brasil, 2011. [3] LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F. dos S. (Orgs.). Tenho um aluno surdo, e agora? . 1. ed. São Carlos: Editora da UFSCar, 2013.		
Bibliografia Complementar: [1] CAPOVILLA, F.; RAPHAEL, V. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe: Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS . Vol. 1. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2012. [2] CAPOVILLA, F.; RAPHAEL, V. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe: Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS . Vol. 2. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2012. [3] QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. Língua de Sinais Brasileira . Porto Alegre: Artmed, 2004. [4] QUADROS, R. M. de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem . Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. [5] FADERS. Serviço de ajudas técnicas. Mini dicionário . Porto Alegre, 2010. Disponível em: < http://www.faders.rs.gov.br/uploads/Dicionario_Libras_CAS_FADERS1.pdf >		

Componente Curricular: Estágio II	CARGA HORÁRIA RELÓGIO:	
	Total	Presencial
	130h	130h
	CARGA HORÁRIA AULA:	
Período Letivo: 2º semestre	Total	Presencial
Pré-requisito: Não há	156h/a	156h/a
Objetivo Geral: Compreender e identificar a prática docente da instituição, utilizando-se de entrevistas e observações de aula, bem como, aplicar intervenção pedagógica.		
Ementa: Prática docente. Planejamento pedagógico. Roteiro para observação de aula e entrevistas com profissionais da instituição.		
Bibliografia Básica: [1] PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e Docência . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. [2] VASCONCELLOS, C. S. Planejamento : projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 2012. [3] MIZUKAMI, M. da G. N. Ensino : as abordagens do processo. São Paulo: EPU., 2014.		
Bibliografia Complementar: [1] ANDRÉ, M. (Org.). Práticas Inovadoras na formação de professores . Campinas, RS: Papyrus, 2016. [2] LIBÂNEO, J. C. Didática . São Paulo: Cortez, 1994. [3] SONZA, A. P. et al (org.). Reflexões sobre o currículo inclusivo . Bento Gonçalves, RS: IFRS, 2018. [4] VASCONCELLOS, C. dos S. Avaliação da Aprendizagem : práticas de mudança por uma práxis transformadora. 11. ed. São Paulo: Libertad, 2010. [5] RIOS, T. A. Ética e competência . 18.ed. São Paulo: Cortez, 2008.		

3º semestre:

Componente Curricular: Estrutura e Legislação da Educação	CARGA HORÁRIA RELÓGIO:	
	Total	Presencial
	16h	16h
	CARGA HORÁRIA AULA:	
Período Letivo: 3º semestre	Total	Presencial
Pré-requisito: Não há	20h/a	20h/a
Objetivo Geral: Reconhecer os aspectos legais da educação brasileira, compreendendo a estrutura nacional de educação e sua relação com o princípio constitucional do direito à educação, conhecendo os principais pontos da legislação trabalhista dos docentes.		
Ementa: Artigos relativos à educação na Constituição Federal de 1988. O direito à educação enquanto princípio constitucional. Estrutura Nacional da Educação e o Sistema Nacional de Educação. LDBEN de 1996. Plano Nacional de Educação. Educação Ambiental na educação brasileira. Principais Direitos Trabalhistas na Constituição Federal e demais legislações.		

Bibliografia Básica:

- [1] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República, Casa Civil: Brasília, 1988.
- [2] BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Presidência da República, Ministério da Educação: Brasília, 1996.
- [3] BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Presidência da República, Ministério da Educação: Brasília, 2014.

Bibliografia Complementar:

- [1] BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.
- [2] RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- [3] CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, SP, Disponível em:
<_TTP://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14405.pdf>.
- [4] GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. Campinas: Papyrus, 2004.
- [5] STOER, S. Educação como direito: o papel estratégico da educação pública na construção da igualdade e da justiça social. **RBP**, v. 22, nº 1, jan./jun., 2006.

Componente Curricular:	CARGA HORÁRIA RELÓGIO:	
	Total	Presencial
Trabalho e Educação	33h	33h
	CARGA HORÁRIA AULA:	
Período Letivo: 3º semestre	Total	Presencial
Pré-requisito: Não há	40h/a	40h/a

Objetivo Geral: Identificar a categoria trabalho como a relação fundamental dos seres humanos com a natureza e fundamento para a constituição social dos indivíduos, compreendendo sua dissociação com o princípio educativo nas sociedades segmentadas em classes.

Ementa: Estudo da categoria trabalho e suas dimensões históricas. O trabalho nas sociedades segmentadas em classes e sua centralidade ameaçada. As atividades econômicas e os recursos naturais. O trabalho como princípio educativo e seu papel na formação integral dos indivíduos.

Bibliografia Básica:

- [1] FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- [2] CARVALHO, I. C. de M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- [3] ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

Bibliografia Complementar:

- [1] ALVES, A. F. G.; BONIFÁCIO, T. M. (Orgs.). **O Trabalho Contemporâneo no Brasil:** realidade e desafios. Campinas: Alínea, 2016.
- [2] KUENZER, A. **Ensino médio e profissional:** as políticas do Estado neoliberal. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- [3] MANACORDA, M. A. **O princípio educativo em Gramsci:** americanismo e conformismo. Campinas, SP: Alínea, 2008.
- [4] RAMOS, M. **Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil:** um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ 2010.
- [5] SENNETT, R. **A corrosão do caráter:** consequências pessoais do trabalho do novo capitalismo. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

Componente Curricular:	CARGA HORÁRIA RELÓGIO:	
	Total	Presencial
Avaliação	33h	33h
Período Letivo: 3º semestre	CARGA HORÁRIA AULA:	
	Total	Presencial
Pré-requisito: Não há	40h/a	40h/a

Objetivo Geral: Compreender a avaliação como objeto dinâmico, contínuo e como importante instrumento no processo de ensino-aprendizagem, identificando seus pressupostos teóricos e metodológicos.

Ementa: Estudo das relações entre as concepções pedagógicas e os significados da avaliação no contexto escolar. Pressupostos epistemológicos da avaliação. Relação entre planejamento, procedimentos de avaliação e prática pedagógica. Avaliação quantitativa e qualitativa. Avaliação diagnóstica, formativa e somativa.

Bibliografia Básica:

- [1] LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- [2] HOFFMANN, J. **Avaliação Mediadora:** uma prática em construção da pré-escola à universidade. 32. ed. .Porto Alegre: Mediação, 2012.
- [3] VASCONCELLOS, C. dos S. **Avaliação da Aprendizagem:** práticas de mudança por uma práxis transformadora. 11. ed. São Paulo: Libertad, 2010.

Bibliografia Complementar:

- [1] VASCONCELLOS, C. dos S. **Avaliação:** concepção dialética-libertadora do processo escolar. 18. ed. São Paulo, Libertad, 2008.
- [2] CHUEIRI, M. S. F. **Concepções sobre a Avaliação Escolar.** Estudos em Avaliação Educacional, v. 19, n. 39, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1418/1418.pdf>>
- [3] LIBÂNEO, J. C. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.
- [4] ESTEBAN, M. T. et al. **Avaliação:** uma prática em busca de novos sentidos. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.
- [5] SACRISTÁN, J. G.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino.** 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Componente Curricular: Educação de Jovens e Adultos na Educação Profissional	CARGA HORÁRIA RELÓGIO:	
	Total	Presencial
	16h	16h
	CARGA HORÁRIA AULA:	
Período Letivo: 3º semestre	Total	Presencial
Pré-requisito: Não há	20h/a	20h/a
Objetivo Geral: Estudar os aspectos históricos, políticos, sociais e culturais que envolvem a Educação de Jovens e Adultos, analisando as suas relações contemporâneas com a Educação Profissional		
Ementa: Estudo dos fatos políticos, sociais e culturais que constituem a Educação de Jovens e Adultos. A relação entre o mundo do trabalho e a Educação de Jovens e Adultos. Análise dos referenciais teóricos que orientam a EJA como um espaço da Educação Popular.		
Bibliografia Básica: [1] ARROYO, M. G. Outros sujeitos, outras pedagogias . 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. [2] SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A. G. de C.; GOMES, N. L. (Org.). Diálogos na educação de jovens e adultos . 4.ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2011. [3] FREIRE, P. Pedagogia do oprimido . 65. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2018.		
Bibliografia Complementar: [1] PAIVA, V. P. História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos . 7. ed. São Paulo, SP: Loyola, 2015. [2] CAPUCHO, V. Educação de jovens e adultos: prática pedagógica e fortalecimento da cidadania . São Paulo, SP: Cortez, c2012. 150 p. (Educação em Direitos Humanos 3). [3] MOLL, J. (Org.). Educação de jovens e adultos . 4. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2011. [4] GODINHO, A. C. F. (Org.). Currículo e saberes do trabalho na educação profissional: estudos sobre o PROEJA . Pelotas, RS: UFPEL, 2012. [5] UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Cadernos proeja II: Especialização - Rio Grande do Sul. Pelotas, RS: Universitária, 2010.		

Componente Curricular: Educação Inclusiva	CARGA HORÁRIA RELÓGIO:	
	Total	Presencial
	33h	33h
	CARGA HORÁRIA AULA:	
Período Letivo: 3º semestre	Total	Presencial
Pré-requisito: Não há	40h/a	40h/a
Objetivo Geral: Compreender o paradigma da educação inclusiva no Brasil, suas origens, concepções e relações com o atual contexto educacional. Desenvolver a análise relativa à escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino comum. Análise de experiências educativas que promovam a inclusão social e escolar.		

Ementa: Marcos históricos, sociais e legais da educação inclusiva no Brasil. Analisa a evolução conceitual, na área da educação especial, assim como as mudanças paradigmáticas e as propostas de intervenção. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Público-alvo da Educação Especial. Formação de professores para práticas inclusivas. O atendimento educacional especializado como apoio aos professores do ensino comum. Atuais tendências considerando a relação entre a prática pedagógica e as pesquisas na área da educação.

Bibliografia Básica:

- [1] BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial: Brasília, 2008.
- [2] BRASIL. **Lei n. 13.146**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.
- [3] MOYSÉS, M. A. A. **A Institucionalização Invisível: crianças que não-aprendem-na escola**. Campinas, 2ª ed., Mercado das Letras: 2014.

Bibliografia Complementar:

- [1] BAPTISTA, Claudio Roberto (Org.). **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre, RS: Mediação, 2009.
- [2] MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- [3] OLIVEIRA, Luiza de Fatima Medeiros. **Formação docente na escola inclusiva: dialogo como fio tecedor**. Porto Alegre, RS: Mediação, 2009.
- [4] ROTTA, N. T. et. al. **Transtorno da Aprendizagem**. Abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- [5] SONZA, A.P. et.al (Org.). **Reflexões sobre o currículo inclusivo**. Bento Gonçalves, RS: IFRS, 2018.

Componente Curricular:	CARGA HORÁRIA RELÓGIO:	
	Total	Presencial
Estágio III	170h	170h
	CARGA HORÁRIA AULA:	
Período Letivo: 3º semestre	Total	Presencial
Pré-requisito: Não há	204h/a	204h/a
<p>Objetivo Geral: Desempenhar prática docente em turma da educação básica profissional, planejando e refletindo sobre a prática, bem como, utilizando-se dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, através dos componentes curriculares cursados.</p>		
<p>Ementa: Prática docente. Planejamento: elaboração, execução e avaliação.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>[1] LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>[2] MIZUKAMI, M. da G. N. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU., 2014.</p> <p>[3] TARDIF, M. Saberes Docentes e Formação Profissional. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.</p>		

Bibliografia Complementar:

- [1] FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- [2] RIOS, T. A. **Ética e competência**. 18.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- [3] ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da educação**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- [4] ROTTA, N. T. et al. **Transtornos da Aprendizagem**. Abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- [5] HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho**. 5.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

6.11. Estágio

O Estágio para o Curso de Formação Pedagógica para graduados não licenciados do Campus Farroupilha compreende a prática exercida pelo estudante no Estágio, cujo cumprimento é requisito para a aprovação e conclusão do curso. Visa propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem do cursista, devendo ser planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de constituir-se como campo de conhecimento, espaço potente de aprendizagem da profissão docente, de reflexão e análise da práxis, como também de, aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e de relacionamento humano.

O Estágio é dividido em três etapas: Estágio I, II e III, tendo início no primeiro semestre do Curso. O Estágio I tem por objetivo conhecer a instituição na qual será realizado, identificando a comunidade e o contexto social e econômico no qual está inserida, bem como sua proposta pedagógica. No Estágio II, amplia-se este conhecimento, com observações da prática docente, entrevistas com profissionais da instituição e a aplicação de uma intervenção pedagógica. Por fim, o Estágio III concretiza-se com a prática docente em sala de aula. A cada etapa concluída, o estudante deverá entregar um relatório das atividades desenvolvidas. Ao final de todo o Estágio, os relatórios das atividades comporão de modo articulado, o Relatório Final de Estágio a ser entregue pelo estudante ao orientador de estágio.

Denomina-se orientador de estágio o docente do Curso que será responsável pelo acompanhamento e assessoramento no processo de Estágio Curricular Supervisionado. Na instituição concedente, o estudante terá um Supervisor de Estágio que será o docente titular da disciplina na qual o aluno realizará a docência no estágio III, tendo como atribuições o acompanhamento do estagiário na instituição de ensino e a realização de avaliação periódica do mesmo.

O estudante do curso de formação pedagógica para graduados não licenciados deverá obedecer as atribuições constantes no Regulamento de Estágio, conforme

Anexo I, nos Estágios I, II e III.

Em acordo com a Organização Didática do IFRS, este Projeto Pedagógico prevê a possibilidade de estágio não obrigatório. Entende-se por estágio não obrigatório, aquele que não se constitui em componente curricular, não eximindo a realização da carga horária total do estágio previsto neste documento (400 horas).

6.12. Avaliação do Processo de Ensino e de Aprendizagem

Seguindo a orientação estabelecida na Organização Didática do IFRS, a avaliação do processo de ensino e de aprendizagem será realizada de forma contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada, no processo ensino-aprendizagem, as funções diagnóstica, processual, formativa, somativa, emancipatória e participativa, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

6.13.1. Expressão dos Resultados

O resultado da avaliação do desempenho do estudante em cada componente curricular será expresso semestralmente através de notas, registradas de 0 (zero) a 10 (dez), sendo admitida apenas uma casa decimal após a vírgula. Deverão ser usados no mínimo 2 (dois) instrumentos avaliativos.

A nota mínima da média semestral (MS) para aprovação em cada componente curricular será 7,0 (sete), calculada através da média aritmética das avaliações realizadas ao longo do semestre. O estudante que não atingir média semestral igual ou superior a 7,0 (sete) ao final do período letivo, em determinado componente curricular, terá direito a exame final (EF).

6.13.2. Recuperação Paralela

O estudante tem direito à recuperação paralela, dentro do mesmo semestre. Os estudos de recuperação, como um processo educativo, terão a finalidade de sanar as dificuldades do processo de ensino-aprendizagem e elevar o nível da aprendizagem e o respectivo resultado das avaliações dos alunos, oportunizando ao estudante recuperar qualitativa e quantitativamente os conteúdos e práticas. A realização dos estudos de recuperação respeitará minimamente as seguintes etapas:

I. Readequação das estratégias de ensino-aprendizagem;

- II. Construção individualizada de um plano de estudos;
- III. Esclarecimento de dúvidas;
- IV. Avaliação.

6.13.3. Exame

O estudante que não atingir média semestral igual ou superior a 7,0 (sete) ao final do período letivo, em determinado componente curricular, terá direito a exame final (EF). O exame final constará de uma avaliação dos conteúdos trabalhados no componente curricular durante o período letivo.

A média final (MF) será calculada a partir da nota obtida no exame final (EF) com peso 4 (quatro) e da nota obtida na média semestral (MS) com peso 6 (seis), conforme a equação abaixo:

$$MF = (EF * 0,4) + (MS * 0,6) \geq 5,0$$

O estudante deve obter média semestral (MS) mínima de 1,7 (um vírgula sete) para poder realizar exame final (EF).

O estudante poderá solicitar revisão do resultado do exame final, até 2 (dois) dias úteis após a publicação deste, através de requerimento fundamentado, protocolado na Coordenadoria de Registros Acadêmicos ou equivalente, dirigido à Direção de Ensino ou à Coordenação de Curso.

6.13.4. Frequência

A frequência mínima exigida para aprovação em cada componente curricular é de 75%, conforme a legislação vigente.

6.14. Critérios de Aproveitamento de Estudos e Certificação de Conhecimentos

6.14.1. Critérios de certificação de conhecimentos

Os estudantes poderão requerer certificação de conhecimentos adquiridos através de experiências previamente vivenciadas, inclusive fora do ambiente escolar, com o fim de alcançar a dispensa de um ou mais componentes curriculares da matriz do curso. As solicitações de certificação de conhecimentos deverão vir acompanhadas dos seguintes documentos:

I. Requerimento preenchido em formulário próprio com especificação dos componentes curriculares a serem aproveitados;

II. Documentos que comprovem os conhecimentos dos estudantes, caso necessário.

Os documentos a serem entregues deverão seguir as orientações constantes na Organização Didática do IFRS (Resolução nº 086, de 17 de outubro de 2017).

Os procedimentos e condições para aproveitamento de carga-horária do Estágio estão especificados no Regulamento de Estágio, anexo a este documento.

A certificação de conhecimentos dar-se-á mediante a aplicação de instrumento de avaliação realizada por um professor da área, ao qual caberá emitir parecer conclusivo sobre o pleito.

6.14.2. Critérios de Aproveitamento de estudos

Os estudantes que já concluíram componentes curriculares com êxito poderão solicitar aproveitamento de estudos. Para fins de aproveitamento de estudos, deverão comprovar a conclusão com êxito nos componentes curriculares, os quais deverão ter sido concluídos no mesmo nível ou em outro mais elevado.

A solicitação deve vir acompanhada dos seguintes documentos:

I. Requerimento preenchido em formulário próprio com especificação dos componentes curriculares a serem aproveitados;

II. Histórico Escolar ou Certificação, acompanhado da descrição de conteúdos, ementas e carga horária dos componentes curriculares, autenticados pela instituição de origem.

As solicitações de aproveitamento de estudos deverão ser protocoladas na Coordenadoria de Registros Acadêmicos do Campus, ou equivalente, e encaminhadas à Coordenação do Curso.

Em consonância com a Organização Didática do IFRS (Art. 213), os estudantes do IFRS que concluíram componentes curriculares em programas de Mobilidade Estudantil poderão solicitar aproveitamento de estudos, e consequente dispensa de cursá-los, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I. Requerimento preenchido em formulário próprio, com especificação dos componentes curriculares a serem aproveitados;

II. Histórico oficial e programas dos componentes curriculares, ou documento similar que descreva os conteúdos abordados e suas respectivas cargas horárias,

autenticados pela instituição de origem.

Parágrafo único. A descrição de conteúdos a que se refere o inciso II, quando em outro idioma que não seja o espanhol, deverá ser acompanhada de tradução para o português.

6.15. Metodologias de Ensino

O Curso terá como princípio metodológico geral a utilização de metodologias ativas ao longo de seu percurso formativo, buscando através dessas a construção de competências profissionais voltadas à docência. Nesse sentido, devem-se priorizar estratégias que promovam aprendizagens ativas, que levem os estudantes à interação com o conhecimento, estimulando-os na construção de habilidades metacognitivas, tão essenciais ao exercício da docência.

A partir dessa concepção educacional, colocam-se os estudantes como principais agentes de seu processo de aprendizagem, o que implica em incentivo constante à crítica e à reflexão em sala de aula, tendo no professor um orientador e no centro desse processo o próprio aluno. Ainda, considerando-se que este Curso remete-se à formação de professores, torna-se essencial pensar em uma metodologia para uma prática de educação libertadora, na formação de um profissional ativo e apto a aprender a aprender.

Considerando-se a perspectiva da formação docente, o aprender a aprender deve compreender o aprender a conhecer, o aprender a fazer, o aprender a conviver e o aprender a ser, garantindo a integralidade da ação educativa. Portanto, as abordagens pedagógicas progressivas de ensino-aprendizagem vêm sendo construídas e implicam formar professores como sujeitos sociais com competências éticas, políticas e técnicas e dotados de conhecimento, raciocínio, crítica, responsabilidade e sensibilidade para as questões da vida e da sociedade, capacitando-os para intervirem em contextos escolares e acadêmicos de incertezas e complexidades.

Assim, a utilização de metodologias ativas passa pela compreensão de que as mesmas estão alicerçadas em um princípio teórico significativo: a autonomia, algo explícito na invocação de Paulo Freire (2006) em sua obra “Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa”. O princípio metodológico proposto para este Curso pressupõe, portanto, um futuro professor capaz de autogerenciar ou autogovernar seu processo de formação.

6.15.1. Adaptações curriculares

As adaptações curriculares são aqui entendidas como adequações e escolhas de estratégias e critérios, que permitam a tomada de decisões com vistas à adequação da ação educativa às maneiras peculiares de aprendizagem dos alunos. Nesse sentido, assume-se que, diante da necessidade individual, ajustes e modificações serão promovidos nas diferentes instâncias curriculares, para responder às necessidades de cada aluno, e assim favorecer as condições que lhe são necessárias para que se efetive o máximo possível de aprendizagem, tal qual propõe a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

Nesse contexto, as adaptações curriculares constituem-se em possibilidades educacionais para atuar frente as dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõe que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades específicas de aprendizagem. Nessas circunstâncias, tais adaptações implicam a planificação pedagógica e as ações docentes fundamentadas em critérios que definem o que o aluno deve aprender; como e quando aprender; que formas de organização de ensino são mais eficientes para seu processo de aprendizagem; como e quando avaliar o aluno.

6.16. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão

A construção do PPC do Curso de Formação Pedagógica para graduados não licenciados procurou contemplar a articulação entre a tríade que fundamenta as IES: ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, e de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRS (2014-2018):

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão está diretamente relacionada à organização curricular e à flexibilização dos tempos e dos espaços escolares e extraescolares. Os saberes necessários ao trabalho conduzem à efetivação de ações do ensino e aprendizagem (construção dialógica do conhecimento), da pesquisa (elaboração e reelaboração de conhecimentos) e da extensão (ação-reflexão com a comunidade). (IFRS, 2014, p. 105).

Ademais, existe no Campus Farroupilha, um Grupo de Pesquisa ativo denominado “Pesquisas em Educação, Sociedade e Trabalho, abrigando linhas que contemplam áreas vinculadas às Ciências Humanas e Linguagens.

6.17. Acompanhamento pedagógico

As ações de acompanhamento da frequência e do desempenho acadêmico dos estudantes serão desenvolvidas, de forma periódica e sistematizada, pela Direção de Ensino, Coordenação e Colegiado do Curso, em articulação com as Equipes Pedagógicas e de Assistência Estudantil do Campus Farroupilha.

6.18. Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino e de aprendizagem

A incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no processo educativo é algo que se apresenta de forma contundente nas instituições de ensino. Essas tecnologias fazem parte, na atualidade, da vida cotidiana de um maior número de pessoas e, entende-se, que nos ambientes de ensino isso não pode ser diferente.

As TICs podem ser entendidas como um conjunto de recursos tecnológicos integrados entre si, que proporcionam, por meio das funções de hardware, software e telecomunicações, a automação, comunicação e facilitação dos processos de negócios, da pesquisa científica, de ensino e aprendizagem, entre outras. São exemplos de TICs a televisão, o cinema, o vídeo, o rádio, a publicidade, jornais, revistas, livros, a câmera, a fotografia, CDs, games, simuladores, internet, GPS, computadores, smartphones, tablets e seus aplicativos, entre tantos outros. São abordados no curso, além de sua conceitualização, as potencialidades das ferramentas no âmbito educacional, estratégias pedagógicas para a sua utilização, os recursos existentes para acessibilidade e os impactos sociais, econômicos e ambientais causados pelo consumo dessas tecnologias.

Sendo este um curso de formação pedagógica para graduados não licenciados, a inclusão das TICs é ainda mais importante, pois ele se destina para aqueles que atuarão com alunos da educação básica profissional, onde a presença dessas novas tecnologias devem fazer parte do currículo e das práticas docentes.

6.19. Articulação com os Núcleos de Ações Inclusivas

O IFRS Campus Farroupilha dispõe atualmente de 03 (três) núcleos que visam ao desenvolvimento de práticas pedagógicas com estratégias diversificadas de inclusão social. Os alunos dos cursos podem participar de atividades promovidas pelos núcleos como ouvintes ou como membros proponentes de temas, oficinas, ações a serem desenvolvidas junto à comunidade escolar, e há ainda a possibilidade de atuarem como

bolsistas desses núcleos. Os objetivos centrais de todos esses núcleos são criar espaços de discussões e estratégias para promover a cultura da educação para a convivência, compreensão e respeito à diversidade.

a) NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas: O NAPNE é um núcleo vinculado à Assessoria de Ações Inclusivas da Pró-Reitoria de Extensão, e segue diretrizes da Resolução IFRS n.º 20, de 25 de Fevereiro de 2014. Tem entre seus objetivos: implantar estratégias de inclusão, permanência e saída exitosa para o mundo do trabalho de Pessoas com Deficiência (PCD); articular os diversos setores da Instituição nas atividades relativas à inclusão, definindo prioridades, e oportunizando formação de servidores sob a perspectiva da educação inclusiva; incentivar e/ou realizar pesquisa e inovação no que tange à inclusão de PCDs; promover a cultura da educação para a convivência, aceitação e respeito à diversidade; garantir a prática democrática e a inclusão como diretriz 67 do Campus. Atualmente, o NAPNE conta com diferentes recursos tecnológicos, por exemplo: computador pessoal com leitor e voz, impressora gráfica Braille, cadeira de rodas, mapa tátil, lupas, materiais para estudos de fisiologia humana e genética em relevo, tabela periódica de elementos químicos e modelo atômico, instrumentos para compreensão de diferentes tipos de forças físicas, dentre outros.

b) NEABI - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas: O NEABI é um núcleo vinculado à Assessoria de Ações Inclusivas da Pró-Reitoria de Extensão, e segue diretrizes da Resolução IFRS nº 21, de 25 de Fevereiro de 2014. Trata da temática das identidades e relações etnicorraciais, especialmente quanto às populações afrodescendentes e indígenas, no âmbito da instituição e em suas relações com a comunidade externa. Suas atividades são desenvolvidas fundamentadas nas seguintes finalidades: propor e promover ações de Ensino, Pesquisa e Extensão orientadas à temática das identidades no contexto de nossa sociedade multiétnica e pluricultural; atuar no desenvolvimento de ações afirmativas no IFRS, em especial na colaboração da implantação do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, conforme Leis 10.639/03 e 11.645/08; garantir a aplicabilidade do Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010), que incentiva a promoção de ações para viabilizar e ampliar o acesso da população negra ao ensino gratuito, e da Lei 12.711/12, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

c) NEPGS – Núcleo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Sexualidade. O NEPGS também está vinculado a Assessoria de Ações Inclusivas da Pró-Reitoria de Extensão. Esse núcleo tem por finalidade: fomentar Políticas, Programas, Ações e/ou Atividades que envolvam as temáticas relacionadas a Corpo, Gênero, Sexualidade e Diversidade; assessoramento e consultoria à Coordenadoria de Assistência Estudantil

do campus, em situações ou casos que envolvam essas temáticas; estudo e produção científica sobre as temáticas do Núcleo a fim de contribuir para este campo de conhecimento e para os currículos dos cursos ofertados; auxílio na elaboração da normativa que possibilita a utilização do nome social por alunos e servidores, em todos os atos e procedimentos desenvolvidos no IFRS; articular os diversos setores da Instituição nas atividades relativas às temáticas de atuação dos NEPGSs; participar das políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão para compor o planejamento da Instituição no que se refere ao atendimento, aconselhamento e acompanhamento de pessoas que em função de gênero e/ou sexualidade que se encontram em vulnerabilidade social, cultural e/ou educacional; discutir a importância dos movimentos sociais na luta contra as desigualdades sociais, com ênfase nas desigualdades de gênero; conhecer e debater junto à comunidade escolar e local sobre as Leis que tratam da união civil de pessoas de mesmo sexo, cirurgias de redesignação sexual e alterações no nome de travestis, transexuais e transgêneros; fomentar discussões sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis, sintomas e tratamentos, em parceria com Secretarias Municipais de Saúde e órgãos afins; opinar sobre questões pertinentes que lhe forem encaminhadas, e que envolvam a temática de estudo e pesquisa do núcleo.

6.20. Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso

A avaliação do Curso se dá por avaliação criteriosa e periódica do Projeto Pedagógico do Curso. O estímulo à ação crítica é parte integrante da implantação e implementação das atividades pedagógicas realizadas no curso, possibilitando a detecção de pontos de deficiência ou em discordância com os objetivos do projeto.

O IFRS – Campus Farroupilha realiza anualmente a avaliação institucional e avaliação do trabalho docente através da Subcomissão Própria de Avaliação (SPA) e Comissão Própria de Avaliação (CPA), visando à melhoria da qualidade da educação superior, à orientação da expansão da sua oferta, ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, à promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das Instituições de Educação Superior. Nesse sentido, o Curso de Formação Pedagógica para graduados não licenciados tem procurado adequar-se às exigências relacionadas às avaliações internas (avaliação do trabalho docente e avaliação institucional) melhorando, principalmente:

- aspectos da infraestrutura;
- acervo bibliográfico;

- reorganização da estrutura dos cronogramas de aula;
- inserção de data específica para realização de exames;
- maior proximidade da Coordenação em relação aos acadêmicos.

No que tange às avaliações externas, como o processo de reconhecimento do curso (SINAES), as ações desenvolvidas visam à adequação às exigências feitas pelos órgãos governamentais, tais como constante revisão deste Projeto Pedagógico.

Esta avaliação externa não é vista como algo isolado do processo de avaliação interna, de modo que as principais ações do NDE e Colegiado do Curso se pautarão nestes dois pilares para definição de rumos a serem seguidos, sejam na organização de ementas e matriz curricular, ou na busca por melhores condições de infraestrutura e expansão do quadro docente.

6.21. Colegiado do Curso e Núcleo Docente Estruturante – NDE

6.21.1. Colegiado do Curso

O Colegiado do Curso de Formação Pedagógica para graduados não-licenciados é o órgão primário de função normativa, deliberativa e de planejamento acadêmico, com composição, competências e funcionamento definidos neste regimento. A coordenação didática e a integração de estudos do Curso serão efetuadas por este Colegiado, o qual terá a seguinte composição:

- I. O Coordenador do curso como presidente;
- II. O corpo docente diretamente vinculado ao curso, com atuação no mesmo em, pelo menos, uma disciplina ou orientação nos últimos quatro semestres;
- III. Dois representantes do corpo discente eleitos pelos seus pares;
- IV. Dois representantes dos técnicos administrativos, vinculados à área de ensino, eleitos pelos seus pares.

6.21.2. Núcleo Docente Estruturante – NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é um órgão consultivo responsável pela concepção, acompanhamento, avaliação e atualização periódica do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do Curso de Formação Pedagógica para graduados não licenciados.

O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, membros do seu colegiado, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão e que atuem sobre o desenvolvimento do curso. O NDE terá a seguinte

composição: Coordenador do curso como presidente; e 04 (quatro) membros titulares.

6.22. Quadro de Pessoal

6.22.1. Corpo docente

Nome	Titulação Máxima	Regime de Trabalho
Daniela de Campos	Doutora	DE
Gisele Schwede	Doutora	DE
Jefferson Pereira de Almeida	Mestre	DE
Luciara Carilho Brum	Graduada	DE
Luciane Torezan Viegas	Doutora	DE
Melina Chassot Benincasa Meirelles	Doutora	DE
Murillo Pereira Azevedo	Mestre	DE
Osmar Lottermann	Doutor	DE
Samantha Dias de Lima	Doutora	DE

6.22.2 Corpo técnico-administrativo

Setor de Registro Escolar		
Lucinda Arsego	Graduação	40 h
Simone Weide Luiz	Mestrado	40 h
Pâmela Corrêa Peres Guareschi	Mestrado	40 h
Setor de Ensino		
Graciele Rosa da Costa Soares	Especialização	40 h
Ana Camila Piaia	Especialização	40 h
Setor de Assistência Estudantil		
André Michel dos Santos	Doutorado	40 h
Claudia Medianeira Alves Ziegler	Especialização	40 h
Louise Dall Agnol de Armas	Especialização	40 h
Thais Roberta Koch	Graduação	40 h
Veridiane Balotin Noronha	Graduação	40 h
Setor de Biblioteca		
Rejane Cristina Job	Graduação	40 h
Ana Paula Somacal	Graduação	40 h
Vanda Basso	Especialização	40 h
Setor de Tecnologia de Informação - TI		
Gustavo Rodrigo Tausendfreund	Graduação	40 h
Lucas Miguel Hallmann	Graduação	40 h

6.22.3 Políticas de capacitação do corpo Docente e Técnico Administrativo em Educação

As ações de capacitação dos servidores serão realizadas tendo como base o Programa de Capacitação dos Servidores do IFRS, aprovado pelo Conselho Superior do IFRS, conforme Resolução nº 083, de 28 de setembro de 2012. O Programa de Capacitação contempla os dispositivos legais do Regime Jurídico dos Servidores Públicos da União, estabelecido pela Lei 8.112/1990, o desenvolvimento dos integrantes do Plano de Carreira dos Técnico-Administrativos, conforme a Lei 11.091/2005, bem como atende às diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP), instituídas pelo Decreto 5.707/2006 e o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRS. O Programa de Capacitação dos Servidores do IFRS deve se constituir em uma ferramenta da gestão de pessoas em busca da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados à sociedade em consonância com as Diretrizes Nacionais da Política de Desenvolvimento de Pessoal e os interesses institucionais.

6.23. Certificados

Após integralizar todos os componentes curriculares e o estágio, o estudante fará jus ao respectivo Certificado. Os documentos serão emitidos após a conclusão do curso.

A solicitação de emissão do certificado do curso poderá ser feita pelo estudante, quando houver integralizado a matriz curricular do curso. Após a solicitação de emissão do certificado e comprovado o cumprimento de todas as exigências por parte do estudante, a Coordenadoria de Registros Acadêmicos ou equivalente, poderá, caso seja necessário para quaisquer fins, emitir uma declaração de conclusão de componentes curriculares, atestando o cumprimento das etapas obrigatórias e informando que a confecção do certificado está em curso. No certificado a ser conferido ao egresso, constará que este está apto à docência na educação básica profissional.

Para casos de adaptações curriculares, o Curso atenderá a legislação vigente.

6.24. Infraestrutura

O Campus Farroupilha conta com uma área construída de cerca de 5.900m², localizado na Avenida São Vicente, nº 785, Bairro Cinquentenário. Para as atividades

de ensino, dispõe de três blocos constituídos de um auditório para 156 (cento e cinquenta e seis) pessoas, 14 (quatorze) salas de aula com multimídia e 6 (seis) laboratórios de informática. Além destes, para contemplar os demais Cursos oferecidos pelo Campus, há ainda:

- Laboratório de Química
- Laboratório Sistemas Hidráulicos e pneumáticos
- Laboratório Eletricidade básica
- Laboratório de Física
- Laboratório de Máquinas Elétricas e Acionamentos
- Laboratório de Microcontroladores e sistemas digitais
- Laboratório de Eletrônica Analógica
- Laboratório de Polímeros e Metalurgia
- Laboratório de Injeção de Polímeros
- Laboratório de Motores
- Laboratório de Usinagem
- Laboratório de Soldagem e Conformação
- Laboratório de Sistemas Hidráulicos
- Laboratório de Fundição
- Laboratório de Metalografia
- Laboratório de Ensaio Mecânicos
- Laboratório de Transformação de Polímeros

O Campus conta com sala de Direção e Coordenação de Ensino, Sala de Professores, sala da Coordenadoria de Assistência Estudantil (CAE) e, ainda, sala dos Núcleos das Ações Afirmativas – NAPNE, NEABI e NEPGS. Em busca da melhoria da estrutura física para contemplar a política de expansão do Campus e visando atender à solicitação da comunidade escolar inferida em avaliação institucional, foi construído o quarto bloco, o qual abriga a nova biblioteca e setores administrativos. Cabe salientar que na Biblioteca, encontra-se um espaço com 12 (doze) computadores, nos quais os alunos do curso poderão utilizar, nos horários extraclasse, para possíveis pesquisas e desenvolvimento de trabalhos decorrentes dos componentes curriculares.

6.24.1. Biblioteca

A Biblioteca do Campus Farroupilha está localizada na Sala 417, no quarto

bloco. Conta com aproximadamente 1795 títulos, sendo 8.107 exemplares. O acervo da Biblioteca está aberto à comunidade em geral para consulta local. O empréstimo domiciliar está disponível para discente, docente e técnico-administrativo. A renovação permanente do acervo bibliográfico tem por objetivo atender a demanda de novas obras disponíveis para os cursos a serem implantados e atualizar o editorial das obras já existentes. A política de aquisição de livros e periódicos atende a um cronograma elaborado pela Instituição por meio do levantamento das necessidades dos usuários e elaboração de dotação orçamentária em consonância à projeção de compras estipulada pela Direção da Instituição.

Os serviços oferecidos pela Biblioteca são:

- Catálogo informatizado.
- Consulta local, empréstimos, renovações e reservas de itens do acervo.
- Orientação no uso do catálogo on-line Pergamum.
- Orientação para uso das normas técnicas de documentação, de acordo com as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- Espaços para leitura, pesquisa e produção acadêmica, sendo abertos a qualquer pessoa da comunidade.
- Computadores com acesso à Internet e pacote de softwares LibreOffice instalado;
- Acesso à Internet sem fio.

6.24.2. Equipamentos e Recursos Tecnológicos

O Campus Farroupilha conta atualmente com 6 (seis) laboratórios de Informática, localizados no Bloco 3, com 148 computadores. Todos os equipamentos são ligados em rede e com acesso à internet e equipados com softwares para o desenvolvimento das aulas previstas para os cursos oferecidos no Campus.

6.24.3. Adaptações para Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida

O IFRS Campus Farroupilha tem grande preocupação quanto à acessibilidade de sua estrutura, acolhimento e permanência de servidores, alunos ou comunidade externa em seu ambiente. Recentemente, fora concluída a obra de adaptação do Campus, com a instalação de elevador de acesso ao bloco principal, adequação de rampas e calçadas, piso tátil, corrimão, e estacionamento reservado a pessoas com necessidades especiais. Além disso, há o incentivo à participação dos servidores em

eventos de capacitação e o suporte para discussão, planejamento e realização de ações através do NAPNE.

7. CASOS OMISSOS

Os casos não previstos por este projeto pedagógico ou em outras normas e decisões vigentes no Campus serão resolvidos em reunião ordinária ou extraordinária do corpo docente, juntamente com a Coordenação de Ensino, nos órgãos do NDE (Núcleo Docente Estruturante) e Colegiado do Curso.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96.

_____. Conselho Nacional de Educação. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Brasília, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015.

_____. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. Brasília, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 21 de setembro de 2012, Seção 1, p. 22.

_____. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. MEC; SEEP, 2008.

CARNEIRO, M. A. **LDB fácil**: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 19.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

CENCI, A. V.; DALBOSCO, C. A. Ética e educação. In: TORRES, J. C. B. (Org.). **Manual de ética**: questões de ética teórica e aplicada. Petrópolis: Vozes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 470-488.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. 2.ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HERMANN, N. **Pluralidade e ética em educação**. Rio de Janeiro: D&PA, 2001.

KANT, I. “Resposta à pergunta: que é ‘Esclarecimento’ (*Aufklärung*)?” In: _____. **Textos seletos**: edição bilíngüe. Tradução de Raimundo Vier e Floriano de Sousa Fernandes; introdução de Emmanuel Carneiro Leão. Petrópolis: Vozes, 1974. p. 100-117.

KANT, I. **Sobre a pedagogia**. 2.ed. Tradução de Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1999.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. Tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2003.

NOSELLA, P. **A escola de Gramsci**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NUSSBAUM, M. **Sem fins lucrativos**: por que a democracia precisa das humanidades. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

SATTLER, M. Formação (*Bildung*): entre o sagrado e o profano. **Educação PUCRS**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 49-55, jan./abr. 2011.

SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1989.

WIMMER, M. Ruins of *Bildung* in a Knowledge Society: commenting on the debat about the future of *Bildung*. **Educational Philosophy and Theory**, v. 35, n. 2, p. 167-187, 2003.

ANEXOS

I – Regulamento de Estágio

II – Plano de Estágio